

**PREFEITURA
MUNICIPAL DE
PICAR**

LEI Nº 167/98.

**FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÃO”**

30 DE MARÇO DE 1998

ESTADO DE ALAGOAS
EFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

Praça: Floriano Peixoto, s/n.º - centro
CGC: 12.200.150/0001-28

º 167, de 30 de março de 1998.

EMENTA: *Sobre a concessão de aposentadoria aos servidores municipais, pensão aos seus dependentes, institui o Fundo e Aposentadoria e Pensão e dá outras providências.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PILAR:
Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
DA APOSENTADORIA**

**Seção I
Da Concessão da Aposentadoria**

Art. 1º - Os servidores efetivos da Administração direta, pública e fundacional, serão aposentados na forma desta Lei e em consonância com a Lei municipal n.º, de, de

Art. 2º - O servidor será aposentado:

I - compulsoriamente, aos setenta anos de idade;
II - voluntariamente:

- a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta), se mulher;
- b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se do sexo masculino, e 25 (vinte e cinco), se do sexo feminino, com proventos integrais;
- c) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- d) aos 70 (setenta) anos de idade, se homem, e aos 65 (sessenta e cinco), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

III - por invalidez permanente.

Parágrafo 1º - Aposentadoria por invalidez será sempre precedida de licença por período não excedente de 24 (vinte e quatro) meses, salvo, quando o laudo médico concluir pela incapacidade definitiva para o serviço público.

Parágrafo 2º - Será aposentado o funcionário que, depois de 24 (vinte e quatro) meses de licença para tratamento de saúde, for considerado inválido para o serviço público.

Parágrafo 3º - A invalidez para o exercício do cargo não pressupõe e não se confunde com a invalidez para o serviço público.

Parágrafo 4º - O servidor será readaptado se não for considerado inválido para o serviço público.

Parágrafo 5º - Os aposentados por invalidez submeter-se-ão a exames médicos periódicos na forma do Art. 14º desta Lei.

Seção II

Dos Proventos da Aposentadoria

Art. 3º - Os proventos da aposentadoria serão integrais:

- I - nas hipóteses previstas no inciso II, letras a e b do Art. 2º;
- II - quando inválido em consequência de acidente no exercício de suas atribuições, ou em virtude de doença profissional;
- III - quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, neuropatia grave, espondilartrose aquilosa e outras doenças previstas em lei Federal, com base nas conclusões da medicina especializada.

Parágrafo 1º - Acidente é o evento danoso que tiver como causa mediata ou imediata o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

Parágrafo 2º - Equipara-se a acidente agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício de suas atribuições.

Parágrafo 3º - A prova do acidente será feita em processo especial, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

Parágrafo 4º - Entende-se por doença profissional a que decorreu das condições de serviço ou fato nele ocorridos, devendo laudo médico estabelecer-lhe rigorosa caracterização.

Art. 4º - Executando-se as hipóteses situadas nos incisos I, II, III, do Art. 3º, a aposentadoria será proporcional ao tempo de serviço na seguinte medida:

- I - 1/35 avos, se homem e 1/30 avos, se mulher, se a aposentadoria for

compulsória ou por invalidez permanente, quando o motivo que lhe der causa não se enquadrar nas hipóteses previstas nos incisos II e III do Art. 3º, excetuando-se os servidores ocupantes de cargos de professores.

- II - 1/30 avos, se homem e 1/25 avos, se mulher, nas hipóteses previstas no Art. 2º, inciso II e nos casos de ocupantes do cargo de professor, quando a aposentadoria for voluntária.

Art. 5º - Os proventos da aposentadoria não serão inferiores a (setenta por cento) dos vencimentos do servidor e em nenhuma hipótese inferior ao mínimo vigente no Município.

Art. 6º - Para fins desta Lei conceitua-se como vencimento a quantia recebida como salário-base, acrescida do adicional por tempo de serviço e outras vantagens pecuniárias mandadas incorporar pela legislação municipal.

Parágrafo Único - As horas extras, mesmo habituais, gratificação por atividade e abono família, abono esposa, ajuda de custo e outras gratificações eventualmente recebidas pelos serviços não integram os vencimentos para efeitos desta Lei.

Art. 7º - Os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração do servidor em atividade.

Parágrafo 1º - Serão estendidos aos inativos:

- I - os benefícios e as vantagens de caráter geral concedidos aos servidores em atividade;
- II - os aumentos de vencimentos decorrentes da simples reclassificação de cargo e vencimentos em que se deu a aposentadoria do servidor, quanto mantidos a mesma natureza, atribuições e grau de instrução, exigidos então para o cargo.

Parágrafo 2º - Não serão estendidos aos inativos:

- I - as vantagens decorrentes de reclassificação ou transformação de cargos que impliquem mudança de sua natureza, aumento de grau de exigências quanto à instrução e complexidade de atribuições;
- II - o aumento de vencimento individual decorrente da promoção ou acesso de servidor em atividade, de acordo com a Lei.

CAPÍTULO II DA PENSÃO

Art. 8º - O benefício da pensão por morte, do servidor efetivo, ponderará à totalidade dos vencimentos ou proventos da inatividade do servidor falecido.

Art. 9º - Aplica-se à pensão o disposto nos Arts. 5º, 6º e 7º desta

Art. 10° - A pensão será concedida aos dependentes do servidor ido, observada, ainda, as demais condições estabelecidas nesta Lei, na seguinte ordem de rência:

- I - à esposa, ao esposo, à companheira, ao companheiro, senão houver filhos com direito à pensão;
- II - aos filhos de qualquer condição, solteiro, enquanto menores de 21 (vinte e um) anos, não emancipados, ou maiores inválidos ou interditos, se o servidor não deixar viúva, viúvo, companheiro ou companheira;
- III - à mãe solteira, viúva, desquitada, separada judicialmente ou divorciada, que estiver sob dependência econômica do servidor, inclusive, nas mesmas condições, à mãe abandonada, desde que seu marido seja declarado judicialmente ausente;
- IV - ao pai, ou mãe e pai que vivem sob a dependência econômica do servidor, estando aquele inválido ou interditado;
- V - aos irmãos, órfãos, desde dependem economicamente do servidor, observados as condições exigidas para os fins no inciso II deste artigo.

Parágrafo 1° - Equiparam-se aos filhos:

- I - os enteados, assim considerados, pela Lei Civil, enquanto menores de 21 (vinte e um) anos e solteiros, sem outra pensão ou rendimento;
- II - o menor que, por determinação judicial, se encontra sob a guarda do servidor por ocasião de seu falecimento; -
- III - o menor, não emancipado, que esteja sob a tutela do servidor e não tenha meios suficientes para o próprio sustento e educação. -

Parágrafo 2° - A companheira ou companheiro somente fará jus à isão se tiver convívio maritalmente com o servidor nos últimos 5 (cinco) anos de vida, sem rrupção, até a data do óbito deste, mediante apresentação de provas exigidas pelo micípio.

Parágrafo 3° - A exigência de filhos em comum supre para a npanheira o tempo estipulado no parágrafo 2°, desde que feita a prova da convivência rital até a data do óbito do servidor.

Art. 11° - A dependência econômica a que se refere esta Lei nente será admitida em relação aqueles que não auferirem, a qualquer título, rendimentos eriores $\frac{1}{3}$ do vencimento-base do servidor no mês do óbito.

Art. 12° - A metade do valor da pensão será concedida a uma das ssoas seguintes: à esposa, ao marido, à companheira, ao Companheiro e a outra metade, artidamente, aos filhos de qualquer condição e as pessoas a eles equiparados na forma do rágrafo 1° do Art. 10°.

Art. 13° - A esposa ou marido perde o direito à pensão:

- I - se estiver desquitado, separado judicialmente, divorciado, por ocasião

- do falecimento do servidor sem que tenha sido assegurado judicialmente prestação de alimentos ou auxílio e, pela anulação do casamento;
- II - encontrando-se a esposa ou o marido separados de fato por mais de 2 (dois) anos, sem pensão alimentícia ou por outro auxílio determinado em juízo;
 - III - pelo abandono do lar, desde que reconhecida, qualquer tempo, esta situação por sentença judicial.

Art. 14° - A invalidez e interdição mencionadas nesta Lei serão verificadas e acompanhadas anualmente pelos órgãos próprios no Município ou por comissão ou entidade credenciada pelo Prefeito.

Art. 15° - Além das hipóteses previstas nesta Lei, perde ainda a qualidade de beneficiário de pensão.

- I - se desaparecerem as condições inerentes à qualidade de dependentes;
- II - o inválido ou interdito, pela cassação da invalidez ou de interdição;
- III - os benefícios em geral, pelo matrimônio ou pelo falecimento;

Art. 16° - A existência dos dependentes de qualquer das classes mencionadas nos incisos e no parágrafo 1° do Art. 10°, excluído do direito à pensão os mencionados nas classes subsequentes.

Parágrafo Único - Aqueles que forem excluídos do benefício da pensão por não preencherem os requisitos legais previstos não terão essa condição restabelecida se posteriormente ou a qualquer tempo vierem a atender esses mesmos requisitos.

Art. 17° - A concessão da pensão não será adiada pela impossibilidade de existirem outros dependentes.

Parágrafo 1° - O pedido de redistribuição da pensão que ocasionar a suspensão de dependentes só produzirá efeito a partir do deferimento de pedido, sem o pagamento de prestação anteriores.

Parágrafo 2° - O cônjuge ausente, assim declare em juízo, não excluir a companheira ou companheiro do direito à pensão, que só será devida àquele, com o seu reconhecimento, a contar da data do deferimento de sua habilitação, com redistribuição da pensão em partes iguais.

Art. 18° - Por morte presumida do servidor, ou seu desaparecimento, em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, declarada pela autoridade judiciária competente, decorridos seis meses de ausência, será concedida a seus dependentes uma pensão provisória, a contar da data da declaração, na forma estabelecida nesta Lei.

Parágrafo Único - Verificado o reaparecimento do servidor, o pagamento da pensão cessará imediatamente, desobrigados os beneficiários da reposição das quantias já recebidas.

Art. 19° - A pensão será devida a partir do mês em que ocorreu o falecimento do servidos.

Art. 20° - A pensão somente reverterá entre os pensionistas nas hipóteses seguintes:

- I - da viúva, do viúvo, da companheira, do companheiro, pelo casamento ou falecimento, em partes iguais para os filhos de qualquer condição e as pessoas referidas no parágrafo 1° do Art. 10°;
- II - de um filho para outros, por motivo de maior idade, emancipação, cassação de invalidez ou de interdição, pelo casamento, falecimento ou no caso de maioridade dos pensionistas mencionados no parágrafo 1° do Art. 10°;
- III - do último filho, nas hipóteses do inciso II, para a viúva, o viúvo, companheira, companheiro do servidor, atendida as demais condições exigidas nesta Lei para concessão da pensão;
- IV - da viúva, do viúvo, separados de fato ou judicialmente, desquitados e divorciados, pelo casamento e falecimento, para companheira ou companheiro e, na falta deste, para os filhos;
- V - entre os pais do servidor, pelo falecimento de um deles.

Art. 21° - O direito à pensão prescreverá as prestações respectivas não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos contados da data em que forem devidos.

CAPÍTULO III DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Seção I Dos Recursos Financeiros

Art. 22° - Fica criado um Fundo de Aposentadoria e Pensão FAPEN, com o objetivo de custear os encargos de aposentadoria e pensões de que trata esta Lei.

Art. 23° - O Fundo de Aposentadoria e Pensão, será vinculado a Secretaria de Administração e terá vigência ilimitada.

Seção II Dos Recursos Financeiros

Art. 24° - São receitas do Fundo:

- I - a contribuição mensal, obrigatória, no valor de 5% (cinco por cento) calculado sobre os vencimentos do servidor em atividade, conforme definido no Art. 6°, e sobre provento de aposentadoria dos servidores inativos;

- II - a contribuição mensal do município no valor de 5% (cinco por cento), calculado na forma do inciso anterior;
- III - os rendimentos e os juros provenientes de empréstimos e aplicações financeiras;
- IV - os resultantes da assinatura de convênios;
- V - doações legadas e outras.

Parágrafo 1º - As receitas do Fundo serão depositadas em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

Parágrafo 2º - As contribuições previstas nos incisos I e II na conta do Fundo até o quinto dia útil do mês subsequente.

Art. 25º - Na medida em que a situação econômica do Fundo permitir poderão ser concedidos empréstimos simples e imobiliários aos servidores ativos, na forma que dispuser o regulamento a ser baixado pelo Prefeito.

Art. 26º - Os empréstimos simples não poderão ser superiores a cinco vezes os vencimentos do servidor ativo ou dos proventos do inativo e vencerão juros previsto no regulamento.

Art. 27º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

- I - da exigência de disponibilidade em função do cumprimento das obrigações do Fundo;
- II - de prévia aprovação do Prefeito.

Art. 28º - Constitui artigos do Fundo de Aposentadoria e Pensão:

- I - disponibilidades monetárias em bancos ou em caixa especial oriunda das receitas especificadas nesta Lei;
- II - direitos que por ventura vier a constituir;
- III - bens móveis e imóveis que vier adquirir.

Art. 29º - Constituem passivos do Fundo, de acordo com o cálculo atuarial os valores destinados a cobertura dos benefícios concedidos e a conceder, dos riscos expirados ou não expirados, bem como das obrigações de qualquer natureza que por ventura o Município venha a assumir para manutenção e operação do Plano de Aposentadoria e Pensão prevista nesta Lei.

Seção III Do Orçamento e da Contabilidade

Art. 30º - O orçamento do Fundo de Aposentadoria e Pensão integrará o orçamento do Município em obediência aos princípios da unidade e universalidade, observando-se na sua elaboração e execução os padrões e normas aplicáveis ao Município.

Art. 31° - A escrituração das contas do Fundo será feita pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 32° - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo Único - Para os casos de insuficiência ou omissões orçamentárias serão utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por decreto do Executivo.

Art. 33° - Os balancetes do Fundo serão assinados pelo Contador Geral do Município, pelo Prefeito e pelo Secretário de Administração.

Art. 34 - Anualmente, será levantado o balanço atuarial do Fundo, fim de ser indicada qualquer providência acaso necessária.

Art. 35° - Os saldos positivos do Fundo apurados em balanço serão transferidos para o exercício seguinte a seu próprio crédito.

Art. 36° - Os cheques emitidos à conta do Fundo serão assinados pelo Tesoureiro da Prefeitura, pelo Prefeito e pelo Secretário de Administração.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37° - Nenhum benefício previsto nesta Lei poderá ser superior ao subsídio do Prefeito.

Art. 38° - A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

Art. 39° - As aposentadorias concedidas na contagem recíproca por tempo de serviço deverão evidenciar o tempo de serviço prestado à atividade privada para que se efetive a compensação financeira prevista no Artigo 202º parágrafo 2º da Constituição.

Art. 40° - O servidor ocupante de cargo em comissão será aposentado, estendendo-se o benefício da pensão aos seus dependentes, se do acidente resultar a morte.

Art. 41° - No ato da posse o servidor apresentará relação dos seus dependentes.

Art. 42° - As aposentadorias e pensões concedidas antes da vigência desta Lei, não serão levadas à conta do Fundo de Aposentadoria e Pensão.

Art. 43° - As contribuições descontadas dos servidores e incorporadas ao Fundo não serão devolvidas, salvo se forem feitas a maior.

Art. 44° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos jurídicos se produzirão a partir de 30 de março de 1998.

Art. 45° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pilar, em 30 de março de 1998.


CARLOS ALBERTO MOREIRA M. CANUTO
Prefeito

A presente Lei foi publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Pilar, em 01 de abril de 1998.


RAULO URBANO VIEIRA
Secretário de Adm. e Finanças